

**MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E AS CENTRAIS DE
ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS NO BRASIL**

DIONISIO, Larissa Oliveira¹
HESPANHOL, Antonio Nivaldo²

Recebido (Received): 07-03-2020. Aceito (Accepted): 17-06-2020.

Como citar este artigo: DIONISIO, L. O. HESPANHOL, A. N. Meio técnico-científico-informacional e as centrais de abastecimento de alimentos no Brasil. **Formação (Online)**, v.27, n.52, 2020, p.7-24.

Resumo

O advento do meio técnico-científico-informacional se deu após a Segunda Guerra Mundial e é caracterizado pela utilização de modernas tecnologias. No Brasil, o meio técnico-científico-informacional se efetivou somente na década de 1970 e teve grande influência no processo produtivo. As centrais de abastecimento foram criadas pelo Governo Federal, no mesmo período, e estão mais concentradas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. De tal modo, o objetivo deste artigo é abordar a articulação das centrais de abastecimento com o meio técnico-científico-informacional, destacando as regiões Sul e Sudeste, tendo em vista que nestas duas regiões as inovações e a modernização da agricultura foram mais expressivas. Para elaboração do artigo foi realizado levantamento bibliográfico sobre o meio técnico-científico-informacional, as centrais de abastecimento e a modernização da agricultura, bem como o levantamento de dados e informações nas publicações da ABRACEN, CONAB e CEAGESP.

Palavras-chave: CEASA. Abastecimento. Meio técnico-científico-informacional.

**TECHNICAL-SCIENTIFIC-INFORMATIONAL ENVIRONMENT AND FOOD
SUPPLY CENTERS IN BRAZIL**

Abstract

The advent of technical-scientific-informational environment has taken place after the Second World War and it is characterized by the use of modern technologies. In Brazil, the technical-scientific-informational environment has only become effective in the 1970s and had a great influence on the production process. The supply centers were created by the Federal Government within the same period and they are most concentrated in the South and Southeast regions of Brazil. The objective of this article is to address the articulation of supply centers with the technical-scientific-informational environment, highlighting the South and Southeast regions, given that in these two regions agricultural innovations and modernization were more significant. To elaborate the article, a bibliographic survey on the technical-scientific-informational environment, the supply centers and the modernization of agriculture was carried out, as well as the collection of data and information in ABRACEN, CONAB and CEAGESP publications.

Keywords: CEASA. Supply. Technical-scientific-informational environment.

**MEDIOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS-INFORMACIONALES Y CENTROS DE
SUMINISTRO DE ALIMENTOS EN BRASIL**

Resumen

El advenimiento del medio técnico-científico-informativo ocurrió después de la Segunda Guerra Mundial y se caracteriza por el uso de tecnologías modernas. En Brasil, el medio técnico-científico-informativo se hizo efectivo solo en la década de 1970 y tuvo una gran influencia en el proceso de producción. Los centros de suministro fueron creados en 1970 por el Gobierno Federal y están más concentrados en las regiones Sur y Sudeste de Brasil. Así, el

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente. E-mail: l_ltc@hotmail.com; <https://orcid.org/0000-0001-9916-5945>.

² Professor Dr. na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente. E-mail: nivaldo.hespanhol@unesp.br; <https://orcid.org/0000-0001-5080-0223>.

objetivo de este artículo es abordar la articulación de los centros de suministro con el entorno técnico-científico-informativo, destacando las regiones Sur y Sudeste, considerando que en estas dos regiones las innovaciones y la modernización de la agricultura fueron más expresivas. Para la elaboración del artículo, se realizó una encuesta bibliográfica sobre el medio técnico-científico-informacional, los centros de suministro y la modernización de la agricultura, así el levantamiento de datos e informaciones en las publicaciones de ABRACEN, CONAB y CEAGESP.

Palabras clave: CEASA. Suministro. Entorno técnico-científico-informacional.

1 Introdução

Este trabalho aborda as centrais de abastecimento de alimentos nas suas articulações com o meio técnico-científico-informacional, com ênfase nas regiões Sul e Sudeste, tendo em vista que as inovações e a modernização da agricultura foram mais expressivas nestas duas regiões e as centrais de abastecimento possuem presença mais pronunciada nessas regiões.

O surgimento do meio técnico-científico informacional se deu após a Segunda Guerra Mundial, mas só foi estabelecido no decorrer dos anos 1970, quando ganhou expressividade o processo de informatização do território. O meio técnico-científico-informacional foi responsável por conectar as atividades agrícolas com o conhecimento científico no Brasil, resultando nas novas localizações das indústrias, expansão agroindustrial, modernização dos transportes e no estabelecimento da agricultura científica globalizada. O advento das centrais de abastecimento no Brasil se deu na década de 1970, por meio da iniciativa do Governo Federal. A sua função era regular os preços, bem como fazer a conexão entre o produtor primário e o consumidor final.

Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizada a concepção de meio técnico-científico-informacional, desenvolvida por Milton Santos a partir dos anos 1980.

O texto está estruturado em duas seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira trata do advento do meio técnico-científico-informacional bem como das inovações derivadas deste e do processo de modernização da agricultura. Na segunda seção analisa-se o surgimento das centrais de abastecimento, sua relação com a agricultura científica globalizada, derivada do meio técnico-científico-informacional, e os fatores que explicam a maior concentração das centrais de abastecimento nas regiões Sul e Sudeste do país.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico sobre meio técnico-científico-informacional, modernização da agricultura, produção regional do Sul e Sudeste brasileiro e centrais de abastecimento. Levantamento de dados em publicações da Associação Brasileira de Centrais

de Abastecimento (ABRACEN), da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

2 Meio técnico-científico-informacional, inovações e modernização da agricultura

De acordo com Santos (1994), o espaço é constituído por fluxos de níveis variados, vastos e com distintas orientações. Há fluxos hegemônicos e hegemonzados, isto é, fluxos mais rápidos, com maior eficiência, e fluxos vagarosos. O espaço global, segundo o autor, é estabelecido por fluxos e objetos. “A escala dos fluxos materiais e imateriais é tanto mais elevada quanto seus objetos dão prova de maior inovação” (SANTOS, 1994, p. 26).

Santos (1985) salienta as conquistas árabes na história dos países subdesenvolvidos, contudo, tal influência foi limitada em razão da rusticidade do transporte, o que induziu a estruturação virtual das colônias, onde as cidades eram instrumentos que faziam a conexão entre as nações conquistadoras e seus espaços conquistados. Logo, o comércio se apoiou no excedente da produção agrícola. O período que o autor denomina de período do comércio em grande escala (final do século XV até 1620 aproximadamente) é marcado pela substituição da agricultura como elemento fundamental do sistema pelo aumento da capacidade de transporte, resultando na ampliação do comércio que, deste modo, estimula a manufatura de forma volumosa, “o comércio se torna motor da agricultura” (SANTOS, 1985, p. 25).

No período manufatureiro (1620-1750), segundo Santos (1985), as cidades, agora enriquecidas, passam a concentrar suas atividades na manufatura. O terceiro período, nomeado de período da Revolução Industrial (1750-1870) é marcado por grandes transformações, já que a industrialização proporcionou grande aumento da produtividade. O quarto período, denominado de industrial (1870-1945), é marcado pelo surgimento de novas tecnologias e é formado por uma nova organização, já que corresponde à segunda revolução industrial, onde nele ocorre a dissolução entre consumo e produção.

O abandono das áreas rurais em países europeus não acarretou em problemas de abastecimento, mesmo com o aumento crescente da população urbana, já que era possível fazer importações de alimentos de lugares longínquos, no entanto estas importações decorreram da criação de subsistemas políticos constituídos através das colônias. Desta forma os países dominantes, através de impérios coloniais, tinham domínio sobre os preços do subsistema que controlavam, gerando conseqüências na economia, se beneficiando de oscilações na conjuntura, ou seja.

Se o cultivo da cana-de-açúcar ou tabaco na América nascera da necessidade do comércio, durante o primeiro período, o cultivo do trigo e a criação de gado na Argentina, Uruguai, Sul do Brasil, Austrália e Nova Zelândia foram respostas às necessidades da indústria. Esta resposta, que é o tema dominante do período, dá à indústria uma certa autonomia em comparação com os outros elementos do sistema. A demanda de tecnologia precede ou acompanha a respectiva oferta; há uma espécie de confusão ou coexistência entre as atividades de produção e a de inovação. Esta situação é contemporânea da concentração da produção em poucos países, como consequência do pacto colonial. O desenvolvimento do próprio pacto é uma consequência da diferença de nível tecnológico entre os países situados no centro do sistema econômico mundial, isto é, os países da Europa Ocidental que o controlavam (SANTOS, 1985, p.26).

Segundo Fernandes (1973), a maioria das nações latino-americanas experienciou, durante aproximadamente três séculos, o sistema básico de colonização o qual era constituído através de requisitos econômicos, políticos e culturais do “antigo sistema colonial”, ou seja, os colonizadores se subordinavam ao poder das Coroas de Portugal e Espanha, da qual apenas os colonizadores poderiam participar das estruturas de poder.

O autor ainda salienta que o capitalismo que se consolidou na América Latina, derivado da luta armada pela independência política e emancipação nacional, irrompeu no antigo sistema colonial, reproduzindo seu dinamismo organizacional. Denominado de capitalismo dependente, este não ocorreu concomitantemente à criação de estruturas econômicas, políticas e sociais, fazendo o ritmo de sua evolução ser lenta e oscilante, ainda que sua forma de apropriação e expropriação seja intrínseca ao capitalismo moderno, isto é, referentes à organização da produção e circulação de mercadorias, há um elemento peculiar e típico a se considerar nesta forma do capitalismo: a acumulação de capital regularizada para propiciar a ampliação conjunta de núcleos hegemônicos externos e internos, em outros termos, o excedente econômico era repartido com agentes que atuavam em economias centrais.

O quinto período, intitulado de período tecnológico, “é o período da grande indústria e do capitalismo das grandes corporações” (SANTOS, 1985, p. 27), sua demarcação se dá através da tecnologia, que está acima de todos os outros elementos que constituem o sistema.

Com o desenvolvimento das comunicações e dos transportes as inovações passaram a não ser mais dependentes dos centros existentes, ainda que tais centros recebessem as inovações.

A inovação é determinante para o crescimento econômico e desenvolvimento das regiões e cidades nas economias avançadas. [...] a inovação reflete a capacidade de criar valor econômico através da introdução de novos produtos no mercado, novos processos de produção, mudanças organizativas e práticas essenciais para a vantagem competitiva das empresas, indústrias e regiões (VALE, 2012, p. 18).

A agropecuária brasileira, até os anos 1950, era arcaica, com elevado nível de concentração da propriedade da terra, aspecto que se estende até os dias atuais; outra

característica era o forte vínculo com a economia agrário-exportadora e baixa eficiência na produção dos alimentos necessários ao abastecimento interno. A produção para o mercado interno passou a se tornar mais significativa somente depois da grande crise de 1929 e as inovações nos sistemas de produção da agropecuária nacional passaram a ser introduzidas em algumas áreas das regiões Sul e Sudeste do país a partir dos anos 1950, tornando-se expressivas no decorrer dos 1960 e 1970, com o forte estímulo oficial para que o pacote tecnológico da chamada “revolução verde” fosse incorporado, internalizando-se, assim, o chamado Complexo Agroindustrial (CAI).

Até o início dos anos 1960, as crises alimentares eram recorrentes, problema que se agravou nos anos 1950 com a intensificação dos processos de industrialização e urbanização. Pelo menos três grandes crises de abastecimento levaram o Estado brasileiro a adotar medidas visando à reestruturação: as crises alimentares de 1910, 1937 e 1962.

De acordo com Queiroz (2014) a primeira crise de abastecimento se deu em 1910, em razão da dificuldade de circulação, pois havia restrições ao transportar produtos alimentícios para grandes centros urbanos brasileiros. Como medida para superação, houve a intervenção do Estado, resultando no surgimento do Comissariado de Alimentação Pública no ano de 1918, transformado em 1920 na Superintendência de Abastecimento. Ainda foi adotada a política de preços mínimos; a concessão de isenção fiscal para alguns produtos, como: arroz, leite, milho e charque; a organização de cooperativas, bem como de feiras livres para que os produtores pudessem vender diretamente seus produtos; além da constituição da Delegacia Executiva da Produção Nacional.

Queiroz (2014) salienta que a segunda crise do abastecimento alimentar se deu na década de 1930, sendo consequência da crise econômica de 1929, que afetou vários segmentos em escala global. Conforme Linhares e Silva (1979), a ingerência do governo federal em 1937, com o advento da Comissão Reguladora de Tabelamento, que investigava os mercados alimentícios, analisando preços, limitando lucros de atacadistas e varejistas e fiscalizando qualidade e quantidade da produção fornecida.

Serra (2013) salienta que a crise econômica dos anos 1930 teve grande impacto no comércio mundial, levando a seu aniquilamento, bem como o declínio da oligarquia agrária brasileira, já que o café, principal produto brasileiro de exportação, ficou sem mercado.

De acordo com Queiroz (2014), no período de guerra (1939-1945), foi instituído o Serviço Técnico de Alimentação Social e a Comissão de Financiamento da Produção; em 1945,

houve a criação da Comissão Nacional de Alimentação e a Comissão Nacional de Preços. E, em 1947, houve o advento do Serviço Nacional de Alimentação.

A crise internacional só foi superada na década de 1950, quando foi estabelecido um novo modelo econômico no país, moldando a sua economia aos ditames do mercado externo. Foi instituído o modelo de substituição de importações, caracterizado pela “[...] busca e acumulação de capital internacional; incentivo a uma política de desenvolvimento do Complexo Agroindustrial (CAI), com a participação de capitais nacionais e internacionais” (SERRA, 2013, p. 17).

No período entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o começo dos anos 1970, conforme Hespanhol (2010), ocorreu a redução da entrada de investimentos privados no país, em razão do impacto econômico negativo gerado pela primeira crise do petróleo ocorrida em 1973. Portanto, a intervenção do Estado foi imprescindível para países subdesenvolvidos, de modo que seu objetivo não era oferecer serviços públicos básicos para a população, mas sim favorecer o processo de expansão econômica. Contudo, a partir de 1973 houve o esgotamento do ciclo expansivo da economia, o que culminou, no contexto global, no enfraquecimento da ação dos Estados nacionais e na ampliação do liberalismo econômico, tanto em países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos.

A terceira crise alimentar se instalou em 1962, em razão das dificuldades de circulação, ou seja, havia uma dificuldade dos produtos chegarem aos consumidores, conforme ressalta Queiroz (2014), esta crise foi intensificada pela crise do Petróleo que teve impacto global em 1973. Conforme Linhares e Silva (1979), a terceira crise de abastecimento resultou na criação das centrais de abastecimento brasileiras no decorrer dos anos 1970, que se deu com o surgimento da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), da Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) e da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB).

Conforme Santos (1985), o denominado período técnico é marcado por um grande desenvolvimento da tecnologia para aplicação no processo produtivo e pela ampliação do trabalho intelectual, bem como pela expansão do capital em escala mundial. Desta maneira, a circulação se tornou central e relevante e a ciência ou o conhecimento passou a constituir uma força produtiva.

O advento do meio técnico-científico-informacional se deu após a Segunda Guerra Mundial, na medida em que possibilitou o processo de integração do território. Contudo, como Santos (2005) evidencia, o período técnico-científico-informacional só foi estabelecido na década de 1970, marcado pelo advento da ciência e técnica nos processos de remodelação do

território, desta forma as produções hegemônicas tinham necessidade de um novo meio geográfico para sua consecução. Desta maneira, “a informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a circulação” (SANTOS, 2005, p. 38).

Santos (2005) salienta que esse meio técnico-científico informacional foi responsável pela informatização do território, mediante investimentos maciços em infraestrutura. Lima e Simões (2010) ressaltam que, no caso do Brasil, o Estado foi fundamental para o processo de desenvolvimento econômico, ao passo que as atividades desenvolvidas entre 1950 e 1980 tiveram uma intervenção estatal fortíssima.

No Brasil, segundo Santos (2005), alguns fatores devem ser evidenciados no período entre 1950 e 1980, o primeiro diz respeito ao desenvolvimento da configuração territorial. Seu desenvolvimento se deu através dos sistemas de telecomunicações e transportes, bem como da produção de energia. O segundo fator a ser considerado é o aprimoramento da produção material, no caso brasileiro se tratou da produção agrícola e industrial, que sofreu com a mudança na estrutura de sua circulação e distribuição.

Hespanhol (2010) salienta que a descentralização orçamentária decorrente da Constituição Federal, promulgada em 1988, atrelada a crise econômica dos anos 1980 e ao neoliberalismo, culminaram no desmantelamento do arranjo de planejamento do Estado brasileiro, visto que “os órgãos de planejamento regional foram extintos e os recursos humanos a eles vinculados foram desvalorizados e realocados na máquina administrativa federal” (HESPANHOL, 2010, p. 313).

De acordo com Santos (2005), neste período a informação se amplia, ganhando nova profundidade, ou seja, a informação é instantânea e os objetos são dotados de conteúdo informacional, já o espaço se torna fluído em razão dessa integração do território, fazendo com que fatores de produção, como mercadorias, trabalho, produtos e capital, desenvolvam mobilidade.

Conforme Santos (2000), a produção agrícola passou a receber influências de leis que regem aspectos da produção econômica, ou seja, tendo à agricultura a necessidade de técnicas, informação e ciência. Isso culminou no surgimento das indústrias alimentares que, conforme Gazolla (2018), irão induzir o consumidor a consumir produtos processados, uma vez que gozam de poder econômico e de políticas e estratégias de marketing.

A função das centrais de abastecimento, segundo a CEAGESP (2019), é proporcionar uma infraestrutura para que as agroindústrias, atacadistas, cooperativas, exportadores,

importadores, produtores rurais e varejistas possam desenvolver suas atividades com serviços qualificados, eficiência e segurança. A CEAGESP possui a maior rede pública de armazéns e silos que são utilizados para o depósito e conservação de produtos agrícolas, além de graneleiros, isto é, locais que armazenam mercadorias a granel.

Santos e Silveira (2004) destacam que o meio técnico-científico-informacional inseriu os círculos de cooperação em uma escala geográfica de ação mais vasta, em um grau de complexidade mais amplo, os fluxos se tornaram seletivos e intensos, já a circulação passou a regular a produção, e os fluxos se tornaram seletivos com maior grau de intensidade. Os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação facilitam a compreensão da hierarquia dos lugares entre escalas regionais até mundiais. Castillo e Frederico (2010) destacam que tanto a noção dos circuitos espaciais de produção quanto dos círculos de cooperação proporcionaram o entendimento da interdependência dos espaços produtivos, o que propiciou a análise da unicidade e circularidade do movimento, à vista disso promovendo a distinção e compreensão das fases de produção.

Posto isso, é possível aferir que as centrais de abastecimento são agentes fundamentais do circuito espacial de produção hortifrutigranjeira no abastecimento brasileiro, no entanto por estipularem uma quantidade mínima a ser comercializada em suas dependências, desconsiderando que a produção hortifrutícola possui sazonalidade, criando demanda de ampliação da vida útil dos produtos hortifrutícolas e, por conseguinte, impondo a padronização e durabilidade, resultando em descartes despropositados, em razão de abastecerem mercados, atacados, redes de varejo, dentre outros estabelecimentos.

3 As centrais de abastecimento

No final dos anos 1960, o Governo Federal visava instituir uma nova forma de organizar a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, por meio da implantação de plataformas logísticas de comercialização, sendo criada a Central Estadual de Abastecimento Sociedade Anônima (CEASA). No entanto foi somente nos anos de 1970, que o novo modelo de comercialização passou a ser implementado em larga escala.

Segundo dados da Associação Brasileira de Consultores Empresariais - ABRACEN (2011), apresentados no Quadro 1, entre os anos de 1970 e 1974 foram implementadas 10 centrais de abastecimento no Brasil, durante a vigência do I Plano de Desenvolvimento Nacional (I PND).

Quadro 1 – Anos e cidades nas quais foram instaladas as primeiras centrais de abastecimento no Brasil

Anos	Cidades
1972	Brasília – DF; Fortaleza – CE; Recife – PE; Rio de Janeiro – RJ; São Gonçalves – RJ
1973	Aracaju – SE; Porto Alegre – RS; Salvador – BA
1974	Belo Horizonte – MG; João Pessoa – PB

Fonte: Abracen, 2011.

Entre 1975 e 1979, no período de vigência do II Plano Nacional de Desenvolvimento, foram instalados 19 entrepostos da CEASA, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Anos e cidades nas quais foram instaladas unidades da CEASA entre 1975 e 1979

Anos	Cidades
1975	Belém – PA; Campinas – SP; Goiânia – GO; Maceió – AL; Natal – RN
1976	Campina Grande – PB; Curitiba – PR; Teresina – PI
1977	Mossoró – MA; São Luís – RN; Vitória – BA
1978	Anápolis – GO; Florianópolis – SC; Foz do Iguaçu – PR; Novo Hamburgo – RS
1979	Campo Grande – MS; Campos – RJ; Juiz de Fora – MG

Fonte: Abracen, 2011.

Já na década de 1980, a fase de implementação das CEASAs estava quase finalizada, no entanto ainda foram implantadas as unidades de Cascavel e Londrina, no estado do Paraná, de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, e de Macaé, no estado do Rio de Janeiro. Segundo Almeida (2010), nesta década, doze das vinte e uma CEASAs contavam com a transferência de recursos estaduais, sendo estes maiores do que os subsídios da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), em vista disso em três dessas centrais, situadas na: Bahia, Distrito Federal e Minas Gerais, a COBAL já não atuava mais como acionista majoritária.

Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (2019), em 1990 ocorreram privatizações, redução da presença do Estado e as CEASAs passaram a ser de responsabilidade dos estados e municípios, permanecendo assim até os dias atuais. As exceções foram a CEAGESP, no estado de São Paulo e a CeasaMinas, no estado de Minas Gerais, que continuaram federalizadas, contudo em abril de 2020, o governador do estado de São Paulo anunciou que a CEAGESP seria transferida da União para o Governo de São Paulo, já a CeasaMinas ainda segue sendo uma empresa de economia mista do governo federal, vinculada ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

De acordo com Santos (1994), em 1940 as diferenças entre as regiões não eram significativas, já em 1960 o Sudeste se encontra mais modernizado, demonstrando expansão em seu processo de urbanização. Enquanto em 1980 o Sudeste já se mostra preeminente frente às demais regiões, demonstrando sua dominância, ou seja, “a diferença entre as taxas de urbanização das várias regiões está intimamente ligada à forma como, nelas, a divisão do trabalho se deu, em outras palavras, pela maneira diferente como foram afetadas pela divisão inter-regional do trabalho” (SANTOS, 1994, p. 69). Logo, é imprescindível a incorporação de inovações materiais e sociais, dado que são diretamente proporcionais à expansão do processo de desenvolvimento.

Conforme Arroyo (2012), São Paulo foi imprescindível na divisão territorial do trabalho, porquanto promoveu a ampliação das atividades econômicas ao concentrar investimentos públicos e privados. Tais atividades econômicas tiveram o papel de acelerar a construção de sistemas de engenharia, que lhe serviram como base material. As diferenciações territoriais foram representadas no interior do estado e foram exibidas na esfera das trocas comerciais, de modo que

[...] não se pode negligenciar o fato de certas regiões tornarem-se muito mais atrativas que outras, em razão da importância crescente que tomam as novas tecnologias de informação e de comunicação. Com efeito, a presença de infra-estrutura de telecomunicação tende a constituir uma vantagem específica para os territórios particularmente bem equipados (MAILLAT, 2002, p. 10).

As regiões Sul e Sudeste apresentavam uma dinâmica econômica diferenciada das demais regiões do país, à medida que as suas redes urbanas eram muito mais desenvolvidas, ao passo que exibiam um processo de aceleração da divisão territorial do trabalho, por meio da interação entre as cidades. Houve forte incentivo para alcançar um novo nível de divisão internacional do trabalho, integrando a área denominada por Santos (2005) como região concentrada.

Santos (2008) ressalta que os fatores que influenciaram na organização do espaço no estado de São Paulo foram a expansão da agroindústria, as novas localizações industriais e a substituição de culturas que se tornaram extensas e rápidas.

Conforme Santos (2006), surgiram áreas especializadas nas quais a produção de determinado produto é mais vantajosa, o que ampliou a necessidade de maior intercâmbio em espaços mais vastos, incrementando, assim, a circulação de mercadorias e pessoas entre as diferentes regiões do estado. A especialização produtiva foi favorecida pela modernização da comunicação e dos transportes.

Antes dessa possibilidade, a maioria das regiões produzia quase tudo de que necessitava para sua reprodução; produzia-se quase tudo em todos os lugares; vivia-

se praticamente em autarquias. Hoje, assistimos à especialização funcional das áreas e lugares, o que leva à intensificação do movimento e à possibilidade crescente das trocas. Por isso crescem não só as grandes cidades, mas também as cidades médias. Quanto maior a inserção da ciência e tecnologia, mais um lugar se especializa, mais aumenta o número, intensidade e qualidade dos fluxos que chegam e saem de uma área (SANTOS, 1988, p. 57).

Conforme Santos (1988), as regiões não precisariam mais produzir tudo para sua subsistência e manutenção ao se especializarem, já que com meios de transporte mais eficientes e ágeis é possível trazer o que se necessita de qualquer ponto do país ou do planeta. O que possibilitou a conexão dos centros de comando, deste modo algumas etapas da produção de produtos agrícolas estão dispersas espacialmente, ou seja, o comando dos circuitos está em poucos lugares.

Segundo Silva (2013), o transporte foi elemento fundamental para a ramificação espacial da produção hortifrutícola, por consequência a especialização produtiva dos lugares será interpretada sob a ótica da divisão territorial do trabalho, pois há um acréscimo no valor do contexto dos circuitos espaciais de produção, isto é, das etapas que a produção passa até chegar ao consumidor final.

A própria modernização dos transportes influenciou na redução do custo e do tempo para fazer o transporte de mercadorias e pessoas. Tais fatores tiveram ampla influência na produção, de modo que uma área já não precisaria produzir tudo para sua manutenção, permitindo, segundo Harvey (2004), ajustes da localização do consumo e da produção. Conforme Santos (1988), a redução do preço dos transportes acarretou em uma relação inversamente proporcional ao aumento da qualidade, diversidade e quantidade.

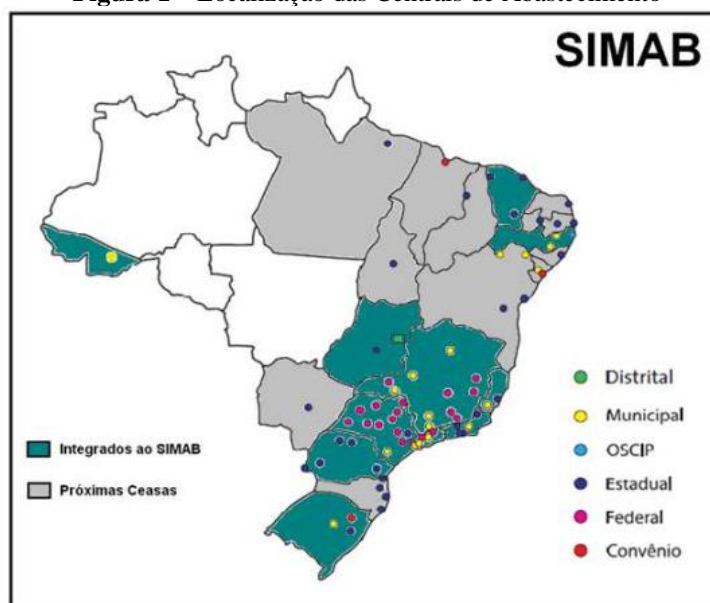
Santos (1994) ainda salienta que a presença de indústrias agrícolas não urbanas geralmente hegemônicas modificou o sistema urbano, à medida que possuem elevada capacidade de adaptação e grande força de transformação de seu ordenamento, por possuírem o poder de transformação institucional e mudança tecnológica frente ao Estado, alterando a disposição da sociedade e da economia. Tais indústrias ainda possuem “uma capacidade de inovação que as outras não têm, [o que] faz com que o território passe a ser submetido a tensões muito mais numerosas e profundas, pulsações que, vindas de grandes firmas, se impõem sobre o território” (SANTOS, 1994, p. 75).

Atualmente, as CEASAs são empresas mistas, sua atuação compreende a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros. De acordo com Cunha e Campos (2008), tais centrais são responsáveis pela supervisão da qualidade e pela constituição dos preços no mercado hortifrutigranjeiro, ou seja, “é uma rede gerida publicamente, mas operada pela

iniciativa privada com mais de 10 mil empresas diretas envolvidas. Trata-se do sistema de abastecimento representado pelas Ceasas brasileiras” (CUNHA; CAMPO, 2008, p. 2).

Como se verifica na figura 1, a maioria dos entrepostos atacadistas se concentra nas regiões Sul e Sudeste, evidenciando o desenvolvimento desigual das regiões. Dentre os 73 entrepostos atacadistas no Brasil, 49% se situam na região Sudeste e 26% na região Nordeste, 17% na região Sul e 4% no Norte e Centro-Oeste, de acordo com as informações do Sistema de Informação de Mercados de Abastecimento do Brasil (SIMAB) e da CONAB.

Figura 1 – Localização das Centrais de Abastecimento



Fonte: Conab (2019).

Segundo dados da Conab (2019), as hiper centrais de abastecimento são responsáveis por comercializar 58.5% de toda a produção, são elas: a CEAGESP, com 13 entrepostos; a Ceasaminas, com 6 entrepostos, a Ceasa-RJ, com 5 entrepostos; e a Ceasa PR, também com 5 entrepostos. Ainda é possível evidenciar que as centrais de abastecimento mencionadas estão em sua maioria na região Sudeste e Sul.

Santos (2008) salienta que os intermediários, atacadistas ou donos de caminhão faziam a conexão entre a demanda e a oferta, que não ocorria concomitantemente nem em quantidade, nem em qualidade, quanto mais no tempo. Logo, o intermediário tinha privilégios e uma posição estratégica no abastecimento, o que incorria na especulação, já que era o único a dispor de crédito bancário para realizar compras diretas.

Segundo Santos (1988), a redução do preço do transporte é inversamente proporcional a qualidade, quantidade e diversidade, pois amplia a tendência ao movimento, isto é, há um

aumento do número de pessoas, mercadorias e produtos circulando, conseqüentemente, expandindo a importância das trocas, que não apenas se avolumam, mas se diversificam. Harvey (2013) salienta que diminuir o tempo de circulação seria fundamental para a economia nos custos de circulação, à medida que amplia o mais-valor que ficará nas mãos de capitalistas envolvidos na produção, ou seja, os atravessadores.

As CEASAs tinham como objetivo propiciar a comercialização direta entre produtores primários e consumidores finais, contudo, de acordo com Anjos e Becker (2014) salientam que, até meados dos anos de 1970, o atravessador era figura presente na comercialização, ao passo que ao comprar do produtor, facilitava o acesso dos produtores familiares aos mercados locais. Atualmente, conforme Vedana (2012) salienta, em São Paulo e Rio de Janeiro parte expressiva da comercialização ainda é feita por atravessadores.

Valério (2019) destaca que uma das dificuldades de ocorrer a comercialização direta entre a CEAGESP e produtores decorre do que o autor denomina de fornecedores ocultos, isto é,

No que tange especificamente ao *abastecimento* das unidades da rede CEAGESP, isso se deve à atuação dos **fornecedores ocultos**, produtores ausentes do conjunto de procedências pelo fato de não possuírem nota fiscal e/ou condições materiais (sobretudo recursos de transporte) para comercializarem a sua produção diretamente com a Central de Entrepósitos. Isso porque, dentre os pressupostos para os agricultores comercializarem a sua produção na rede CEAGESP, os agricultores devem possuir nota fiscal dos produtos. Como parte dos agricultores não dispõe de recursos suficientes para realizar o transporte ou para emitir nota fiscal dos produtos, entram em cena os sujeitos que, atentos ao desencontro entre os extremos da alimentação, investem na abertura de empresas de compra, armazenamento e distribuição de alimentos. Dessa maneira, os atravessadores compram a produção de produtores (principalmente dos pequenos) de diversos estados e municípios para, em seguida, revenderem as mercadorias com emissão de nota fiscal referenciada no município sede da empresa. Portanto, devemos avaliar com cuidado a representatividade de cada município no abastecimento da CEAGESP/SP, conforme detalho no próximo capítulo (VÁLERIO, 2019, p. 185, grifo do autor).

As CEASAs são importantes para a regulação do abastecimento alimentar, além de facilitar a fiscalização e a implementação de políticas voltadas ao abastecimento, controlam a circulação de mercadorias. O cadastramento feito pelas CEASAs identifica as regiões e os produtos de maior destaque na produção e consumo. Segundo Santos (2000), a agricultura científica globalizada proporcionou que a produção fosse selecionada de forma minuciosa. Portanto, a base mercantil tem forte conexão com os mandamentos técnicos científicos, desta forma, proporciona maior fluidez no espaço e integração expressiva do território que promoverá melhorias na circulação de mercadorias.

As centrais de abastecimento permitiram maior fluidez na circulação de mercadorias e uma ampla conexão do território, conforme Santos e Silveira (2004). Para os mesmos autores,

o espaço ganha uma nova perspectiva a partir de sua fluidez, deste modo “o território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo da circulação de insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informações, das ordens e dos homens” (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 53). Ou seja, as informações e finanças são imprescindíveis no espaço total de um país, de modo que o suporte da produção em todas as instâncias é o território, que possui distinção em sua área, passando a se equiparar ao mercado, no qual a informação e as finanças terão influência de maneira diferenciada.

No entanto a finalidade das centrais de abastecimentos brasileiros é irrisória, se analisado a partir do objetivo de sua criação, isto é, permitir a integração maior entre os consumidores finais e os produtores, conseqüentemente, por sua ineficácia em fazer a integração de ambos, ratifica o processo de subdesenvolvimento de produtores que vendem sua mercadoria abaixo do valor por não possuírem condições de levar a produção até o entreposto ou por não conseguirem produzir a média estipulada para comercialização dentro da central, além de elevar o preço dos produtos por acrescentar circuitos antes que a mercadoria chegue ao consumidor final.

4 Considerações Finais

O meio técnico é marcado pelo aprimoramento das tecnologias, das grandes indústrias e do capitalismo. Através do desenvolvimento das comunicações e do transporte, as inovações passaram a não depender mais dos centros existentes, ainda que estes recebam as inovações. Estas têm grande importância no desenvolvimento econômico das regiões, à medida que o conceito de inovação se trata do advento e introdução de novos produtos no mercado ou de um novo processo de produção. O meio técnico resultou no desenvolvimento de tecnologias para utilizá-las no processo produtivo, ampliando a circulação e aumentando a relevância da ciência, tornando-a uma força produtiva.

Com o surgimento do meio técnico-científico-informacional houve a integração do território, agora marcado pela presença da ciência e técnica em sua constituição. No que diz respeito às atividades agrícolas, neste período houve a mecanização do meio geográfico, por conseguinte, o surgimento de atividades agrícolas atreladas ao conhecimento científico, que ampliaram as quantidades produzidas.

O aumento das quantidades produzidas suscitou a instalação de indústrias alimentares, ou seja, empresas que conduzem ao consumo de alimentos processados. As centrais de

abastecimento foram apontadas como indústrias alimentares, pois, ao estabelecer quantidades mínimas a serem produzidas, desconsideram a sazonalidade da produção, induzindo ao processamento de alimentos. Além disso, essas centrais abastecem mercados, atacados, dentre outros estabelecimentos, sendo importantes na distribuição alimentar, visto que expandem a demanda por uma produção processada para manter a padronização e vida útil da produção hortifrutigranjeira.

As centrais de abastecimento surgiram em 1970, a partir de uma iniciativa do Governo Federal, com a finalidade de regulamentar os preços, bem como auxiliar no escoamento da produção hortifrutícola. Atualmente, tais centrais propiciam infraestrutura para cooperativas, agroindústrias, exportadores e importadores, dentre outros, para que estes possam desenvolver serviços e atividades com eficiência e segurança.

A dinâmica das regiões Sul e Sudeste são diferenciadas e o advento do meio técnico-científico informacional influenciou na produção das duas regiões, por meio de investimentos públicos e privados que incrementaram os sistemas de engenharia, modernização dos transportes, expansão das agroindústrias, agricultura científica globalizada e o processo de especialização produtiva.

O intermediário ou atravessador era figura presente na comercialização, no passado, sua influência se dava ao comprar a produção do pequeno produtor e vendê-la, facilitando o acesso desse produtor aos mercados locais. Contudo, atualmente, com o surgimento das centrais de abastecimento – cujo objetivo seria criar o elo entre produtores primários e consumidores finais, estabelecendo quantidades mínimas a serem comercializadas – exclui-se o pequeno produtor do circuito e ratifica-se a presença do atravessador ou intermediário.

Mesmo com a presença fortíssima do atravessador, as centrais de abastecimento são importantes para a segurança alimentar, ao passo que ofertam uma variedade de produtos hortifrutícolas para diversos segmentos da população. As centrais de abastecimento ainda são importantes para a fluidez na circulação de mercadorias, fazendo a ampla conexão do território. Porém sua contrapartida mais afeta do que beneficia, ao excluir produtores e validar o processamento de alimentos.

O advento do meio técnico-científico-informacional resultou na agricultura científica modernizada, importante para a seleção da produção de forma mais minuciosa, que, combinada com as centrais de abastecimento, acarretou na maior fluidez do espaço e na integração aprimorada do território, resultando na ampliação da circulação de mercadorias. Mas isso também levou ao maior processamento de alimentos, em razão da durabilidade e da

padronização, ratificando ainda mais a presença das indústrias alimentares, as quais se atentam mais aos lucros, do que com a qualidade dos produtos e a segurança alimentar.

Agradecimentos

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela concessão da bolsa de pesquisa que possibilitou a elaboração do artigo.

Referências

ALMEIDA, A. R. A. de. **O sistema atacadista alimentar brasileiro**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ANJOS, F. S.; BECKER, C. Agricultura Familiar e Mercados Institucionais: o desenvolvimento como liberdade. **Revista Econômica**. Fortaleza, v. 45, p. 92-101, 2014.

ARROYO, M. M. Circuitos espaciais de produção industrial e fluxos internacionais de mercadorias na dinâmica territorial do estado de São Paulo. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v.2, n. 1, 2012, p. 7-26.

CASTILLO, R. A.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: Uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 461-474. 2010.

CUNHA, A. R. A. A.; CAMPOS, J. B. Sistema CEASA: uma rede complexa e assimétrica de logística. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. 13, 2008, Belo Horizonte, **Anais...**, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2008, p. 1-19.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 157 p.

GAZOLLA, M. Devemos ir para casa comer? As possibilidades do abastecimento local. 2018. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/colunas/coluna-do-gepad/2018/05/devemos-ir-para-casa-comer-as-possibilidades-do-abastecimento-local/> Acessado em: 29 de Mai. 2019.

HARVEY, D. A globalização contemporânea. In: **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 79 – 103.

HARVEY, D. Os limites do capital [recurso eletrônico] / David Harvey ; tradução Magda Lopes. - [1.ed.] – São Paulo: Boitempo, 2013. recurso digital.

HESPANHOL, A. N. A incorporação da perspectiva do desenvolvimento territorial nas políticas públicas brasileiras: avanços e limites. In: CUNHA, L.; PASSOS, M. M.; JACINTO, R. (Orgs.) **As novas geografias dos países de língua portuguesa: paisagens, territórios, políticas no Brasil e em Portugal**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 307-322.

LIMA, A. C. da C.; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do BRASIL. **Revista de desenvolvimento econômico**. Ano XII, n.21, Jul, 2010, Salvador – BA. p.5-19.

LINHARES, M. Y. L; SILVA, F. C. T. **História política do abastecimento (1918-1974)** BINAGRI. Brasília, 1979, 240 p.

MAILLAT, D. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. Interações: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 3, n. 4, p.9-16, mar. 2002. Disponível em: www.interacoes.ucdb.br/article/download/572/610 Acesso em: 28 mai.2019.

QUEIROZ, T. A. N. **A CEASA-RN e os circuitos da economia urbana**: a circulação de hortifrutigranjeiros em Natal-RN. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2014.

SANTOS, M. **Espaço e método**. Nobel. São Paulo, 1985, 88 p. (Coleção espaços)

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. Hucitec. São Paulo, 1988, 124 p.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. Hucitec. São Paulo, 1994, 190 p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, 174 p.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5ª Ed., 1ª reimpr, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, 176 p. (Coleção Milton Santos 6).

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª Ed., 2 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 259 p. (Coleção Milton Santos: 1)

SANTOS, M. **O espaço dividido**: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Trad. Myrna T. Rego Viana. 2ª Ed., 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, 440 p. (Coleção Milton Santos4) (Primeira Edição, 1979).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 473 p.

SERRA, E. A participação do Estado na formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 8, n.16, ago. 2013, p.6-37.

SILVA, S. C. de. A reorganização do circuito espacial da produção do vestuário no Brasil. *Espaço e Economia*, 2013. Disponível em: <http://espacoeconomia.revues.org/475%20;%20DOI%20:%2010.4000/espacoeconomia.47> Acessado em: 19 de Mai. 2019.

VALE, M. Conhecimento, Inovação e Território. **Finisterra**, XLIV,88, 2009, p.9-22.

VALÉRIO, V. J. O. **Agonia da comida:** da expansão da cana-de-açúcar ao movimento da produção e distribuição de hortifrútiis no estado de São Paulo. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.

VEDANA, V. Trabalho e abastecimento urbano: pesquisa etnográfica sobre o trabalho no comércio de alimentos na CEASA/RS In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36. , 2012, Águas de Lindóia, **Anais...** Águas de Lindóia: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2012, p. 1-20.